

Um designer no sertão do Cariri: compreendendo as relações do território na valorização do patrimônio cultural imaterial

Um “Designer” en sertão do Cariri: entendiendo las relaciones territoriales al valorar el patrimonio cultural inmaterial

Herik Lucas Costa SEIXAS¹
Geovani de Oliveira TAVARES²

Resumo

Compreender as mediações de um território vai além de delimitar suas fronteiras geográficas. Este trabalho versa sobre as mediações do território do município de Barro, no cariri cearense, no campo da preservação do patrimônio imaterial, mais especificamente do artesanato tradicional, relacionando-o às políticas públicas, a gestão administrativa e as Organizações da Sociedade Civil (OSC), existentes. Além de confrontar o processo de territorialidade, de formação identitária e as reivindicações dos principais atores dessa pesquisa - os artesãos. As informações trabalhadas são frutos de várias andanças e vivências pelo município nos últimos três anos.

Palavras-chave: Território. Cariri. Política Pública. Patrimônio Imaterial.

Resumen

Comprender las mediaciones de un territorio va más allá de delimitar sus límites geográficos. Este trabajo trata de las mediaciones del territorio del municipio de Barro, en el cariri de Ceará, en el ámbito de la preservación del patrimonio inmaterial, más específicamente de la artesanía tradicional, relacionándolo con políticas públicas, gestión administrativa y Organizaciones de la Sociedad Civil (OSC), existente. Además de enfrentar el proceso de territorialidad, formación de la identidad y los reclamos de los principales actores de esta investigación, los artesanos. La información trabajada es el resultado de varios paseos y experiencias del municipio en los últimos tres años.

Palabras clave: Territorio. Cariri. Políticas públicas. Patrimonio inmaterial.

Introdução

Compreender as mediações de um território vai além de delimitar suas fronteiras geográficas. Nesse contexto, o referido trabalho se propõe a dissertar e elucidar as

¹ Graduado em Design pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: hlucosd@gmail.com

² Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável – CDS/UnB. Professor do curso de Administração Pública/UFCA. E-mail: geovani.tavares@ufca.edu.br

relações de um campo de estudo com as políticas públicas, a gestão administrativa e as Organizações da Sociedade Civil (OSC) na valorização e preservação do patrimônio cultural imaterial existente, especificamente.

Com efeito, o objetivo explicitado aqui é relacionar o processo de territorialidade, de formação identitária e as reivindicações dos principais atores sob a realidade de algumas comunidades tradicionais na produção de artesanato do município de Barro.

Na rota dos índios “Kariri³”, em meio ao território efervescente do sul do Ceará, está situada a Região do Cariri, composta por 29 municípios divididos em microterritórios⁴. Entre eles, o Barro, localizado à Leste, conhecido também por terra-portal do Cariri, é um território com formação datada por meados de 1786, leva este nome de uma das sesmarias que mais prosperara em termos econômicos e a abundância da matéria-prima local. Sua história é repleta de acontecimentos se destacando principalmente o protecionismo ao cangaço (BARRO, 2012), as significativas colheitas de algodão no século passado (CAVALCANTE *et al*, 2007), e, claro, uma vasta memória material e imaterial de saberes e ofícios por parte da população.

Hoje, o município tem um território de 710 km² e é constituído por oito distritos, com aproximadamente 22.000 (vinte dois mil) habitantes, como descreve o IBGE (2017). Um recorte territorial significativo. Em termos econômicos, arcaicamente, sua renda está voltada para a agricultura (cultivo de milho, feijão, bananas, etc.) e pecuária (BARRO, 2012). Como em toda cidade interiorana, possui ainda uma população rural bastante significativa, como descreve o Atlas (2013).

Diante do exposto, as questões norteadoras para o desdobrar desse material voltam-se para: perante um território tão miserável, e como forma de escape da economia e preservação da memória, quais os motivos pela falta de valorização dos ofícios artesanais tradicionais por parte do poder público? E a autodesvalorização dos atores o que justifica?

³ Povo indígena que habitara essas terras antes da chegada dos portugueses no interior do brasileiro durante o século XVII, segundo Brasil (2010).

⁴ **Cariri Central** (Abaiara, Barbalha, Caririaguçu, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha e Várzea Alegre;), **Cariri Leste** (Aurora, Barro, Brejo Santo, Jati, Mauriti, Milagres, Penaforte e Porteiras), e o **Cariri Oeste** (Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Campos Sales, Nova Olinda, Potengi, Salitre, Santana do Cariri e Tarrafas) (BRASIL, 2010)

Vale ressaltar, à realização desta pesquisa parte da premissa em contribuir com o desenvolvimento econômico e criativo do território, permeados pela interferência do design e o contexto histórico-social observado ao longo do tempo.

Território: identidade, territorialidade e as mediações do design

O território, epistemologicamente falando, traz à tona diferentes interpretações quanto ao seu significado e abordagem de estudo. O geógrafo Milton Santos *et al* (2007) refere-se ao território não somente como um sistema natural superposto, mas como também o lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida, devendo ser entendido como algo “usado”, onde a história do homem plenamente se realiza e se constrói a sua identidade.

Nessa abordagem, a “identidade” pode ser vista como a fonte de significado e experiência, sob um processo de construção com base em atributo(s) cultural(ais), inter-relacionado(s) o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes, descreve Castell (1999), reforça-se ainda que essas significações referem-se ao sentimento de pertencimento a uma cultura nacional, ou seja, àquela em que se nasce e que absorve-se ao longo da vida, totalizando um processo não herdado e sim construído, complementa Hall (2006).

Neste sentido, o território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais, que tecem suas histórias partindo da realidade inicial dada, que é o espaço⁵, concreto ou abstratamente, defende Raffestin (1993). Havendo, portanto, “um ‘processo’ do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder, que se traduzem por malhas, redes e centralidades cuja permanência é variável, mas que constituem invariáveis na qualidade de categorias obrigatórias” (Raffestin, 1993, p.8.).

Ao associar a ideia de território à ideia de poder, ignorando as fronteiras políticas, estaremos assim, provocando o sentido de territorialidade, complementa Andrade (2004). Territorialidade, portanto, “possa vir a ser encarada tanto como o que se encontra no território, estando sujeita à sua gestão, como, ao mesmo tempo, o processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar-se em um Estado” (ANDRADE, 2004, p.20).

⁵ Entende-se o espaço como algo anterior, preexistente a qualquer ação. [...] de certa forma, "dado" como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. "Local" de possibilidades (RAFFESTIN, 1993)

Adquirindo um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens vivem, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas (RAFFESTIN, 1993, p.158).

Dentro dessa perspectiva, num panorama mais atual, a globalização nos conecta com relações bastante complexas, onde se faz necessário “encontrar oportunidades e situações de equilíbrio na relação local-global [...], especialmente no que se refere à melhoria das condições de qualidade de vida, à valorização e ao respeito da diversidade e do ecossistema, aos modelos de produção e de consumo” (KRUCKEN, 2009, p.37). Nessa mediação, “a prática profissional dos designers é decisiva no desenvolvimento de suportes materiais, relações simbólicas e práticas dos indivíduos nas sociedades” (ONO, 2004, p.60-61), assim:

[...] o designer deve estar ciente de sua responsabilidade moral e social. Porque o design é a arma mais poderosa que o homem recebeu para configurar o que ele produz, seu ambiente e, por extensão, ele mesmo; com isso, ele deve analisar as consequências de suas ações, tanto do passado quanto do futuro previsível (PAPANEK, 1984, p.107, tradução nossa).⁶

Assim, reconhecendo a dinamicidade e a complexidade existente, o designer poderá cultivar iniciativas que visem potencializar os recursos locais num contexto em que o conceito de identidade assume uma concepção híbrida (CARVALHO, 2012). Estimular esse reconhecimento das qualidades e dos valores referentes ao território, é uma forma de contribuir para tornar visível à sociedade a história por trás do espaço, Krucken (2009).

Percebe-se, então, que o designer é um mediador cultural através de imagens, de ideias, de conceitos e de produtos/artefatos; exercer tal função demanda conhecimento profundo do território e de seus discursos polifônicos (MACIEL; MOURÃO; ALMEIDA, 2013, p.155).

A propósito, Krucken (2009) ressalta que é um grande desafio nas economias emergentes a busca por alternativas para proteger o patrimônio cultural imaterial e criar

⁶“(…) el diseñador tiene que ser consciente de su responsabilidad moral y social. Porque el diseño es el arma más poderosa que ha recibido el hombre para configurar lo que produce, su medio ambiente, y, por extensión, a sí mismo; con ella debe analizar las consecuencias de sus actos, tanto del pasado como del futuro predecible”

condições locais que se convertam em benefícios reais e duráveis, acentuando-se com a globalização, como abordamos mais acima.

Políticas Públicas: preservação do patrimônio e o desenvolvimento local

As últimas décadas acentuaram a importância do campo de conhecimento denominado políticas públicas, bem como das instituições, leis e matrizes que regem sua decisão, reverbera Souza (2007). Nessa linha, Abramovay (2000) aponta o início dos anos 1980 como ímpeto no reconhecimento das políticas públicas de desenvolvimento territorial local, tanto a nível federal, estadual e municipal, detendo um conjunto de iniciativas estatais que, pelo menos formalmente, elevaram os territórios como espaços privilegiados de execução. Em termos conceituais, não há uma definição exata para o que seja essa forma de fazer política.

Thomas Dye (1995, p3, apud HERINGER, 2018, p23) afirma de maneira generalizada que “política pública é tudo aquilo que os governos escolhem fazer ou não fazer”, complementando ainda, tal e qual seja uma série de ações ou inações que autoridades públicas, ou atores políticos, escolhem adotar para regular ou responder a um problema ou um conjunto de problemas interligados (JENKINS, 1978; PAL, 1992; apud SOBOURIN, 2017), Muller (2003) conclui essa linha de pensamento, defendendo-a:

[...] como um conjunto de ações coordenadas, implementadas com o objetivo de conseguir uma modificação ou uma evolução de uma situação dada. Elas são executadas por instituições e administrações públicas, em resposta a existência de um problema público ou coletivo, que tem que ser identificado, analisado e logo promovido ou publicitado como tal. (MULLER, 2003, apud SABOURIN, 2017, p2)

Nesse contexto, vem à tona um debate mais profundo sobre políticas públicas, patrimônio e desenvolvimento, buscando a evidenciação de iniciativas comunitárias em territórios emergentes e periféricos, que visem oportunizar às comunidades tradicionais de artesanato⁷, à inserção no mercado, reconhecendo suas práticas como substanciais para a cadeia de valor local.

⁷ O conceito de artesanato tradicional na cultura popular diz que nele se guarda a memória de saberes tradicionais que se perpetuam e se renovam na arte do fazer, e que esses saberes condensam experiências coletivas. (LIMA, 2005)

Por sua vez, a implementação de políticas públicas em nosso país, tem sido explanada de modo acidentado na iminência de não conseguir considerar os fatores intrínsecos às identidades locais, levando em conta devidamente as especificidades, sendo desenvolvida, em regra, de modo homogêneo, aponta Arruda (*et al*, 2018). Intensificando, assim, as desigualdades no âmbito local-regional, onde nesse particular, a intervenção governamental deveria considerar a heterogeneidade e a diversidade de situações existentes (FAVARETO, 2010).

Nessa perspectiva, erguem-se as noções da “governança territorial”, admitindo a sociedade civil como uma das fontes de poder nos processos de afirmação dos interesses e necessidades territoriais (MILANI; SOLINIS, 2002), numa relação de horizontalidade, facilitando a comunicação e conhecimento do espaço ocupado por eles - os atores -, pondo em prática a “teoria do desenvolvimento local”, gerando uma nova dinâmica de integração socioeconômica, de reconstrução do tecido social, e de geração de renda (JORDÁN; ZAPATA, 1998)”.

Metodologia da pesquisa

O processo para a realização desse levantamento de dados teve início com a identificação da demanda latente entre os próprios artesãos: que sabiam que existiam, mas não os reconheciam. Embora estejamos passando por uma pandemia sem precedentes, onde o isolamento social é imprescindível, vale ressaltar que os dados apresentados aqui são frutos de várias andanças no território realizadas desde julho de 2017.

Em fase de planejamento, junto com a Associação dos Artesãos do Município de Barro (ARTEMB) foram identificadas as principais e mais remotas comunidades as quais seriam visitadas, distribuídas em um plano de ação logisticamente facilitado. As visitas ocorreram pré-viabilizadas na maioria das vezes pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e/ou líderes comunitários, havendo os encontros naturalmente em escolas públicas, salões comunitários e/ou até mesmo em casas dos próprios populares. Nessas abordagens eram detalhadas as nossas pretensões (mapeá-los, visando futuros investimentos), certificadas as práticas artesanais (por meio de peças físicas e/ou fotografias) e coletados os dados pessoais.

Ao término das visitas todos os dados foram reunidos e apresentados aos órgãos de interesse e fomento, como Prefeitura Municipal de Barro, por meio da Secretaria de Cultura e Turismo e a Secretaria de Trabalho e Assistência Social; ao SEBRAE-Cariri; ao Governo do Estado do Ceará, por meio da Central do Artesanato – CeArt. Feito isso, foram elaboradas algumas ações e demandas a curto prazo de realização em colaboração mútua.

Figura 01 – Encontros nas comunidades



Fonte – Acervo dos autores

Resultados e discussão

Em números, conseguimos visitar 46 localidades ao longo de 45 dias, cobrindo uma extensão territorial bem significativa, impossível de mensurá-la em números. Esse material resultou no **Mapeamento da Produção Artesanal Barrense**, onde foram catalogados aproximadamente 118 artesãos/aspirantes/mestres, que não necessariamente estão ativos, com diferentes tipologias de trabalho, podendo dividi-los em dez potenciais grupos de produção, conforme observamos na tabela 1 e figura 08.

Figura 02 – Rendeira de Bilro



Fonte – Acervo dos autores

Figura 03 – Bordadeira de Richelieu



Fonte – Acervo dos autores

Figura 04 – Mestre do barro



Fonte – Acervo dos autores

Figura 05 – Bonequeira de pano



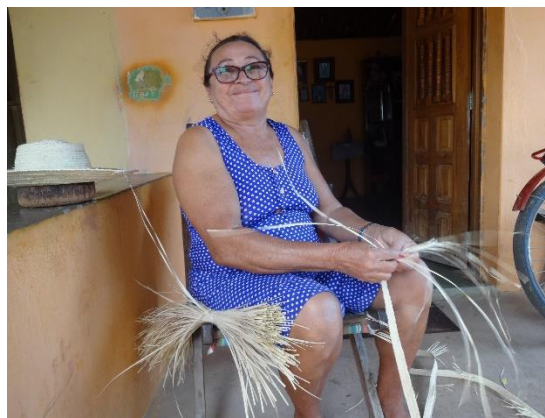
Fonte – Acervo dos autores

Figura 06 – Tecelões



Fonte – Acervo dos autores

Figura 07 – Mestre da palha de carnaúba



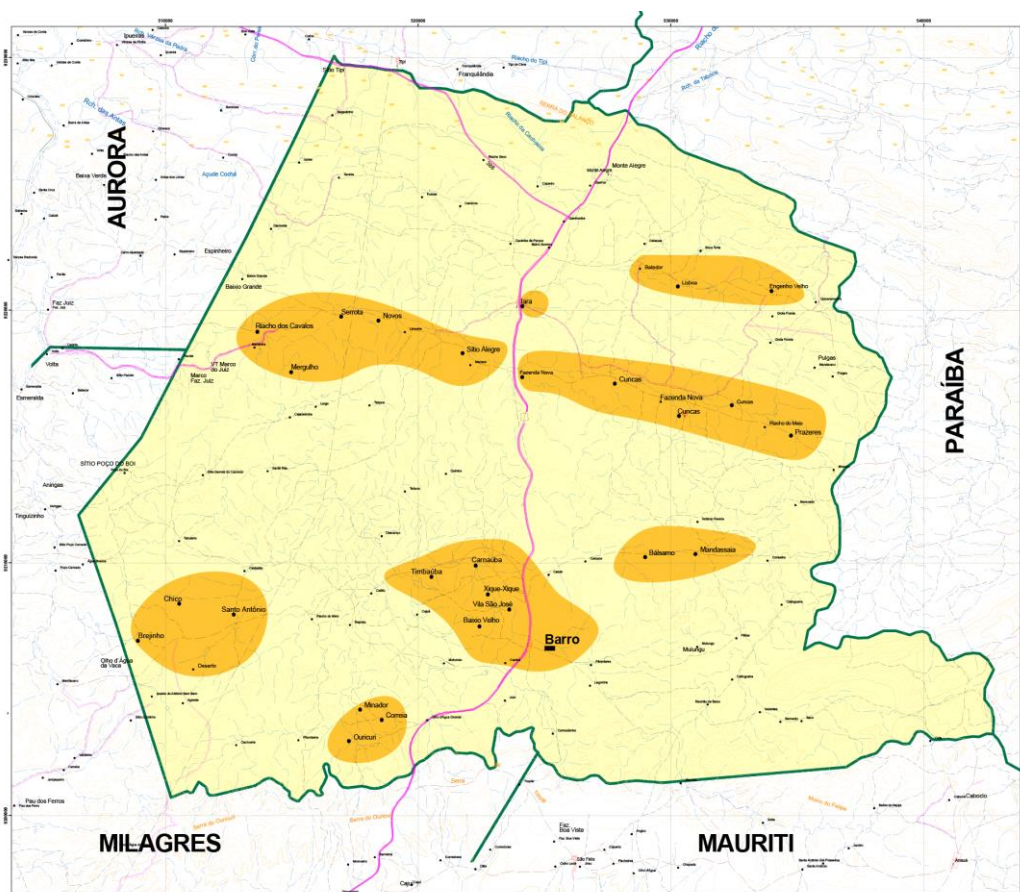
Fonte – Acervo dos autores

Tabela 01 – Divisão dos grupos produtivos

TIPOLOGIA	LOCALIDADE
Argila	Vila São José, Baixio Velho, Xique-Xique;)
Palha de Carnaúba	Baixio velho, xique-xique, carnaúba e Timbaúba, Sítio Chico;
Macramê	Sede, Ouricuri
Tecelagem	Engenho Velho
Fibra da Bananeira	Fazenda Nova, Cuncas, Vila Prazeres
Richelieu	Distrito delara, Riacho dos Cavalos
Renda de Bilro	Mergulhão, Sítio Alegre, Sítios Novos, Serrota;
Bordado boa noite	Sede, Sítio Alegre
Bordado Livre	Bálsamos, Mandasáia
Couro	Distrito de Santo Antonio

Fonte – Elaborado pelos autores

Figura 08 – Localização territorial dos grupos produtivos



Fonte – Elaborado pelos autores

Na disposição territorial visto acima, identificamos a localização e o impacto das regiões mais prósperas. Nota-se que a maior concentração de área produtiva, podendo assim dizer, está no Vale de Cuncás, região essa banhada pelo Rio de referido nome. Em termos de territorialização, os territórios mais antigos são a Sede, o Distrito de Iara e de Cuncás. Vale ressaltar diante de todo esse apanhado, tratando-se do patrimônio histórico arquitetônico do Município, todos os resquícios da história estão no Distrito de Iara, embora bastante deteriorado.

Tratando-se agora da produção de artesanato nos dias de hoje, nem todas essas localidades estão ativas, ou totalmente ativas, tendo justificativa alguns aspectos como: a falta de pessoas interessadas em levar adiante o ofício, condições precárias de trabalho, escassez de matéria-prima (a exemplo da palha de carnaúba), a fraqueza de um comércio justo, e, por fim, a falta de políticas públicas por parte da gestão administrativa, que assegurassem incentivos fiscais, aportes sustentáveis, direcionamento específico de verbas (a exemplo o Fundo Municipal de Cultura - FMC), ações conjuntas de preservação da memória, equipamentos físicos, entre outros.

Diante disso, todas essas argumentações apresentadas endossam o processo de desvalorização do patrimônio imaterial local, principalmente por parte dos próprios atores dessa pesquisa. Programas sóciogovernamentais de distribuição de renda (a exemplo o Bolsa Família) tiveram grande influência para a prostração e ruptura na fluidez da transmissão de saberes às novas gerações, mas isso torna-se assunto para futuros debates.

Avaliando as ações pré-estabelecidas ainda na fase metodológica, poucas tiveram sua execução até a presente data de publicação do referido trabalho. No entanto, cabe aqui destacarmos algumas já executadas e/ou em andamento, tais como: a criação da “Feira Barro Criativo”, gerida pela ARTEMB, a aquisição de 30 barracas, por parte da Secretaria de Trabalho e Ação Social do Município, como forma de escoamento da produção e a concessão pública de dois prédios ociosos nos referidos Distritos para a implantação das “Escolas de Saberes” – projeto esse que entusiasma futuras produções acadêmica.

Figura 09 – Encontro de Saberes

Fonte – Acervo dos autores

Considerações finais

São inúmeras as possibilidades de adentrarmos em um território, desconhecido ou não com o objetivo de transformá-lo. Mais instigante ainda é exercitarmos compreender as relações existentes no espaço dado e habitado por nós.

Este trabalho teve a pretensão de apresentar à comunidade acadêmica os frutos de uma imersão em um território aparentemente “pobre”, onde foram descobertos verdadeiros tesouros vivos em forma de histórias e saberes ancestrais, que lapidados, se transformarão em riqueza material e simbólica para as futuras gerações. Ao passo que não se pretendia respostas exatas, mas sim promover uma discussão que pudesse transformar a realidade local. Entoando a ideia de que não é necessário estar em grandes centros urbanos para se fazer design e fortalecer os vínculos com o território.

Vale ressaltar que o aprofundamento teórico deste trabalho tomou corpo com as contribuições do Curso de extensão “Compreendendo o território e a territorialidade” promovido pela Universidade Federal do Cariri (UFCA) nesse período de pandemia. Dessa forma, esse levantamento de dados, que a princípio categorizamos como preliminar, alicerça futuros projetos, pesquisas, etc. como hoje está sendo fonte de consulta e utilizado para direcionamento de políticas públicas - a exemplo a Lei Aldir Blanc.

Os “tesouros vivos” descobertos nessa experiência são importantes exemplos (modelos) para entender outras realidades presentes nos rincões desse país que, em geral, são invisibilizados e conseqüentemente abandonados pelas políticas públicas. Este trabalho traz à tona uma dessas experiências que podem servir de gabarito para outras pesquisas e práticas de valorização dos fazeres nos territórios.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Economia Aplicada, n. 2, Vol. IV, p. 379-397. São Paulo, 2000.

ANDRADE, M. C. D. **A questão do território no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

ARRUDA, C. D. B. *et al.* **Dimensões e elementos de ecodesenvolvimento territorial: estudo de caso no centro sul Vale do Salgado**. Revista Metropolitana de Sustentabilidade, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 94-115, abr./2018. Disponível em: <http://www.revistaseletronicas.fmu.br/index.php/rms/article/view/1361>. Acesso em: 10 ago. 2020.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Barro, Ceará**. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/barro_ce. Acesso em: 3 ago. 2020.

BARRO, História e Acontecimentos. **Histórico do município de Barro**. Disponível em: <http://secultbarro.blogspot.com/search?updated-max=2013-01-03T03:00:00-08:00&max-results=7&start=21&by-date=false>. Acesso em: 3 ago. 2020.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável: território cidadania do Cariri**. Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2010.

CARVALHO, Alecir Francisco de. **Design e identidade: estudos de casos aplicados no Brasil**. In: Design e Identidade. Belo Horizonte, 2012. Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado de Minas Gerais. Cap.02, p.17-39. Disponível em: <<https://goo.gl/SH4uAF>> Acesso em: 22 de mar. 2018

CASTELL, Manuel. **Paraísos comunais: identidade e significado na sociedade em rede**. In: O poder da identidade. Cap.01, p.21-84. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTE, A. L. *et al.* **Cultura do algodão no Estado do Ceará**. 46. ed. Fortaleza: [s.n.], 2007.

FAVARETO, Arilson.*et.al.* **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios**. Brasília: IICA, 2010. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.12)

220p.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HERINGER, Flávio Roberto de Almeida. **Quantas políticas públicas há no Brasil?** o problema da imprecisão conceitual para a avaliação de políticas públicas. Brasília, 2018.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. **Políticas públicas no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades | Barro – Ceará**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/barro/historico>. Acesso em: 5 ago. 2020.

KRUCKEN, Lia. **Design e território**: uma abordagem integrada para valorizar identidades e produtos. Simpósio internacional de design sustentável (ISSD), São Paulo, jan. 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/zh65mw>> Acesso em: 22 de mar. 2018

KRUCKEN, Lia. **Design e território**: valorização de identidades e produtos locais. São Paulo: Studio Nobel, 2009. 126p.

LIMA, Ricardo. **Artesanato de tradição**: cinco pontos em discussão. In: Olhares Itinerantes: reflexão sobre artesanato e consumo de tradição. São Paulo: Central Artesol, 2005.

MACIEL, Rosilene C.; MOURÃO, Nadja M.; ALMEIDA, Marcelina. **Design, identidade e cultura material**: relações possíveis com o território. In: Rumos da pesquisa no design contemporâneo: materialidade, gestão e serviço. São Paulo: Estação das Letras e Cores Editora Ltda., 2013. Cap.10, p.140-158

ONO, Maristela Misuko. **Design, cultura e identidade, no contexto da globalização**. Revista design em foco, Bahia - Brasil, v. 01, n. 01, p. 53-66, jul./dez. 2004. Disponível em: < <https://goo.gl/JK5nrf> > Acesso em: 22 de mar. 2018

PAPANEEK, Victor. **Diseñar para el mundo real**. Nova York: Pollen edicions, 1984.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SABOURIN, Eric. **Desenvolvimento territorial e políticas públicas no Brasil**. In: Roda de conversa sobre Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, 2017, Juazeiro do Norte: Universidade Federal do Cariri.

SOUZA, Celina. **Estado da arte da pesquisa em políticas públicas**. In: Políticas Públicas no Brasil (Org.) Gilberto Hochman, Arretche e Eduardo Marques 65-87p. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007. 220p.